



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.
Vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Proposta da Administração da TELEBRAS que será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 15 de abril de 2020, às 15 horas, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Senhores Acionistas,

A Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 15 de abril de 2020 às 15horas.

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2019:

A Administração da TELEBRAS propõe que os Acionistas analisem e aprovem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, bem como, após a devida análise, aprovem as matérias contidas nos documentos aprovados em 12 de março de 2020 pelo Conselho de Administração. Os referidos documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”) e os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Telebras, encontram-se disponíveis no site da Telebras e no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado do Exercício:

A Administração da Telebras propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31.12.2019, nos termos constantes dos documentos anexos a esta proposta.

3. Eleição de membros do Conselho Fiscal Titular e Suplente, representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em votação em separado, sem a participação do acionista majoritário, eleição de membros do Conselho Fiscal Titular e Suplente representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas.

4. Eleição de membros do Conselho de Administração

Nome	Representação
Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Maximiliano Salvadori Martinhão	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Hélio Marcos Machado Graciosa	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Conselheiro Independente.
Waldemar Gonçalves Ortunho Junior*	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

* Conselheiro Nato

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em eleição em separado, sem a participação do acionista majoritário, um representante dos minoritários ordinaristas e um

representante dos preferencialistas, bem como já será conhecido o representante eleito pelos empregados da Companhia, totalizando 8 membros, com um prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária - AGO de 2022.

5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

A Administração da TELEBRAS aprova a fixação da remuneração total global dos administradores da Telebras para o período de abril de 2020 a março de 2021 em R\$ 5.302.381,34.

Brasília-DF, 12 de março de 2020

VITOR ELÍSIO GÓES DE OLIVEIRA MENEZES
Presidente do Conselho de Administração

1. Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício de 2019 - Comentários da Administração – nos termos do Item 10 do Formulário de Referência

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2019, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relações com Investidores situada no SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center – Brasília, Distrito Federal, CEP.: 70610-440, Os citados documentos também se encontram disponíveis nos sites: www.telebras.com.br, www.cvm.gov.br e www.b3.com.br.

A seguir, os Comentários da Administração, relativos ao item 10 do Formulário de Referência, anexo da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao art. 9, inciso III da Instrução CVM 481/09.

ESTRUTURA PATRIMONIAL DA COMPANHIA – PRINCIPAIS RUBRICAS

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2017 a 2019, a análise vertical (AV), a análise horizontal (AH) e as explicações acerca das principais variações estão apresentados na tabela 1.

TABELA 1 - Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubricas

R\$ mil	Exercícios findos em:									
	2019					2018			2017	
	Valor	AV%	AH% - 2018	AH% - 2017		Valor	AV%	AH% - 2017	Valor	AV%
Rubricas										
Ativo Circulante	1.179.149	27,4%	239,0%	222,2%		347.786	9,70%	-5,0%	365.926	10,70%
Ativo Não Circulante	3.118.837	72,6%	-3,7%	1,9%		3.237.483	90,30%	5,8%	3.059.300	89,30%
Realizável a Longo Prazo	280.475	6,5%	-16,7%	-2,4%		336.906	9,40%	17,2%	287.429	8,40%
Investimentos	80.841	1,9%	9,1%	16,8%		74.086	2,10%	7,1%	69.193	2,00%
Imobilizado	2.737.349	63,7%	-2,5%	2,0%		2.806.288	78,30%	4,6%	2.683.307	78,30%
Intangível	20.172	0,5%	-0,2%	4,1%		20.203	0,60%	4,3%	19.371	0,60%
Ativo Total	4.297.986	100,0%	19,9%	25,5%		3.585.269	100,00%	4,7%	3.425.226	100,00%
Passivo Circulante	233.786	5,4%	22,0%	1,5%		191.679	5,30%	-16,8%	230.354	6,70%
Passivo Não Circulante	2.417.467	56,2%	-20,0%	-7,2%		3.023.156	84,30%	16,0%	2.605.051	76,10%
Passivo Exigível	2.651.253	61,7%	-17,5%	-6,5%		3.214.835	89,70%	13,4%	2.835.405	82,80%
Patrimônio Líquido	1.646.733	38,3%	344,5%	179,2%		370.434	10,30%	-37,2%	589.821	17,20%
Passivo Total	4.297.986	100,0%	19,9%	25,5%		3.585.269	100,00%	4,7%	3.425.226	100,00%

Fonte: Demonstrações Individuais da Telebras

TABELA 2 - Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	Medida	2019	2018	2017
Liquidez Corrente	Índice	7,7046	1,8144	1,5885
Liquidez Geral	Índice	2,25	0,84	0,73
Composição do Endividamento	%	23,69%	23,60%	25,60%
Grau de Endividamento	%	14,89%	22,60%	26,20%
Participação de Capital de Terceiros	%	17,58%	29,30%	35,60%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros, as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

Ativo Circulante – O Ativo Circulante no final do ano de 2019 apresentou crescimento de 239,0% e 222,2% em relação aos anos de 2018 e 2017, respectivamente. O aumento em relação aos períodos comparados é explicado basicamente pelo aumento da rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa, devido aos aportes financeiros realizados pelo acionista controlador, a União, durante o exercício de 2019, no valor de R\$ 1,0 bilhão. No final de 2019, essa rubrica registrou R\$ 852,1 milhões (R\$ 156,1 em 2018 e R\$ 198,9 milhões em 2017). Outro fato que contribuiu para o crescimento foi o reconhecimento do superávit de previdência privada que será vertido para a Telebras no valor de R\$ 202,5 milhões e repassado em 36 parcelas mensais. O valor do

Ativo Circulante reconhecido sobre esse valor foi de R\$ 67,5 milhões. As demais rubricas não apresentaram variações relevantes.

Ativo Não Circulante – O grupo apresentou-se estável na comparação entre o exercício de 2019 e os exercícios de 2018 e 2017. As principais variações que ocorreram nas rubricas de Realizável a Longo Prazo e Imobilizado conforme segue:

- i. **Tributos a Compensar/Recuperar:** A redução de 16,7% da rubrica é explicada: i) baixa de créditos tributários que estavam vinculados à liquidação da dívida com a empresa VTUM Produções e Empreendimento Ltda. no montante de R\$ 121,7 milhões; e ii) transferência de créditos tributários para o Circulante, devido ao fato de que sua realização ocorrerá nos próximos 12 meses.
- ii. **Superávit de Previdência Privada:** Reconhecimento da parcela de Não Circulante relativo ao valor a ser recebido pela Telebras no valor de R\$ 129,4 milhões, em função da distribuição do superávit dos PBS-A e PBS Telebras.
- iii. **Imobilizado:** Na comparação entre o exercício de 2019 e os exercícios de 2018 e 2017, verificou-se estabilidade, com variações de -2,5% e 2,0%, respectivamente.

Passivo Circulante: O comportamento desta rubrica na comparação entre os exercícios de 2019 e 2018 demonstrou uma variação positiva de 22,0%, justificada, principalmente, pelo reconhecimento de obrigações que vencerão nos próximos 12 meses, tais como: i) Empréstimos e Financiamentos, que tem previsão de amortização de parcelas a partir de maio de 2020; ii) Receitas Diferidas relativa a prestação de serviços ao Ministério de Defesa (Banda X); e iii) reconhecimento de receitas diferidas realizadas pelo MCTIC para prestação de serviços vinculados ao programa GESAC no valor de R\$ 45,9 milhões em dezembro de 2019. Com relação ao exercício de 2017, o Passivo Circulante apresentou-se estável.

Passivo Não Circulante - O Passivo não Circulante apresentou variação negativa de 20,0% e 7,2% na comparação com os exercícios de 2018 e 2017, respectivamente. As principais rubricas responsáveis por estas variações foram:

- i. **Empréstimo de Financiamentos:** Redução de 8,2% na comparação entre 2019 e 2018, devido à transferência de R\$ 28,2 milhões relativos a parcelas de empréstimo que serão amortizadas no decorrer exercício de 2020.
- ii. **Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC):** Na comparação entre o exercício de 2019 e 2018, a rubrica apresentou redução de 21,4%. Essa diminuição é justificada pela transferência do valor de R\$ 1.512,7 milhões para o Patrimônio Líquido relativa à parcela dos aportes que serão objeto de aumento de capital. Essa queda foi parcialmente amortizada pelos aportes realizados pela União no exercício de 2019, no montante de R\$ 1,0 bilhão.
- iii. **Receitas Diferidas:** Apresentou redução de 8,2% e 18,9% em relação aos exercícios de 2018 e 2017, respectivamente. A variação negativa é explicada pela transferência para o Circulante em função da realização por competência.

Patrimônio Líquido – O exercício de 2019, quando comparado ao de 2018, demonstrou variação positiva de 344,5%. Essa variação é resultado dos seguintes eventos: i) transferência de recursos capitalizáveis (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC) no valor de R\$ 1,5 bilhões, do Não Circulante para o Patrimônio Líquido devido ao processo de aumento de capital, que está em andamento na Telebras; e) prejuízo do exercício de 2019 no montante de R\$ 237,5 milhões. Com relação a 2017, a variação foi positiva de 179,2% refletindo o efeito do processo de aumento de capital que está em andamento na Companhia.

ESTRUTURA ECONÔMICA DA COMPANHIA – PRINCIPAIS RUBRICAS

O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2019 comparado com os exercícios de 2018 e 2017 está apresentado a seguir com explicações sobre as principais variações ocorridas entre os períodos apresentados.

TABELA 3 - Estrutura Econômica da Companhia – Principais Rubricas

R\$ mil	2019	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	264.543	260.002	105.851
Serviços de Comunicação Multimídia	217.136	169.442	98.758
Locação de Capacidade Satelital	36.545	78.240	-
Aluguéis e Locações	10.862	12.320	7.093
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(60.290)	(60.350)	(32.558)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(59.489)	(59.743)	(31.937)
Descontos Incondicionais	(801)	(607)	(621)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	204.253	199.652	73.293
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(135.884)	(262.459)	(224.067)
Meios de Conexão e Transmissão	(78.449)	(77.709)	(26.782)
Pessoal (Exclui PISP)	(80.914)	(76.075)	(66.535)
Serviços de Terceiros	(86.271)	(67.351)	(62.883)
Compartilhamento de Infraestrutura	(45.357)	(42.983)	(43.430)
Aluguéis, Locações e Seguros	(11.036)	(10.419)	(7.516)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.024)	(3.048)	(24.534)
Tributos	(3.152)	(2.386)	(1.597)
Equivalência Patrimonial	(1.034)	(1.716)	23.899
Material	(2.400)	(865)	(754)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(2.137)	(220)	(16.922)
Outras Despesas Operacionais	(21.008)	(13.498)	(12.489)
Outras Receitas Operacionais	204.898	33.811	15.476
EBITDA	68.369	(62.807)	(150.774)
Margem EBITDA	33,47%	-31,46%	-205,71%
Depreciação e Amortização	(191.266)	(126.688)	(60.795)
EBIT	-122.897	-189.495	-211.569
Resultado Financeiro	(114.629)	(35.356)	(32.248)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(237.526)	(224.851)	(243.817)
Margem Líquida	-116,29%	-112,62%	-332,66%

Receita Operacional Líquida

TABELA 4 - Receita Operacional Líquida

R\$ mil	2019	2018	2017	Δ 2019 X 2018	Δ 2019 X 2017
Serviços de Comunicação Multimídia	217.136	169.442	98.758	28,1%	119,9%
Locação de Capacidade Satelital	36.545	78.240	-	-53,3%	100,0%
Aluguéis e Locações – Outras	10.862	12.320	7.093	-11,8%	53,1%
Receita Operacional Bruta	264.543	260.002	105.851	1,7%	149,9%
Deduções da Receita	(60.290)	(60.350)	(32.558)	-0,1%	85,2%
Receita Operacional Líquida	204.253	199.652	73.293	2,3%	178,7%

No 4T19, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 60,3 milhões, 40,4%, ou R\$ 40,9 milhões inferior à receita reconhecida no mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 101,1 milhões. Essa redução é justificada pelo reconhecimento no mês de novembro de 2018 do valor de R\$ 60,0 milhões referente a receita de reserva de banda prevista no contrato do programa Gesac firmado entre a Telebras e o MCTIC. Com relação ao 3T19, a receita apresentou-se estável com variação de 2,3% (R\$ 58,9 milhões). No acumulado de 2019, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 204,3 milhões (R\$ 199,7 milhões em 2018), variação de 2,3%, demonstrando uma estabilidade em comparação com o ano de 2018. O comportamento da receita por produto no ano de 2019 em relação ao ano de 2018 foi o seguinte:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): Apresentou crescimento de 28,1%, que é justificado pelo: i) aumento da banda ativada média faturada no período – 362.567Mbps contra 305.638Mbps no mesmo período de 2018 (18,6%); ii) aumento e expansão dos circuitos vinculados à geração de receita – 12.5781 em dezembro de 2019 contra 2.781 em dezembro 2018; iii) reconhecimento da receita dos serviços da Banda X – Ministério da Defesa em maior volume em relação ao ano de 2018; e iv) reconhecimento da receita do programa GESAC, que passou a ser gerada a partir de março de 2019. No exercício de 2019, a Companhia reconheceu do GESAC correspondente a 9.763 pontos/circuitos, o que gerou um montante de R\$ 45,5 milhões;

Locação de Capacidade Satelital: A queda de 53,3% é explicada pelo reconhecimento do adiantamento realizado pelo MCTIC para reserva de banda no valor de R\$ 60,0 milhões;

Aluguéis e Locações – Outras: A redução de 11,8% é reflexo da estimativa de receita (não faturado) de dezembro de 2018 não ter se realizado no exercício de 2019. A receita estimada em dezembro de 2018 e estornada em janeiro de 2019 foi de R\$ 4,2 milhões, enquanto o valor realizado foi de R\$ 0,9 milhão.

Custos e despesas operacionais (exceto depreciação e amortização)

TABELA 5 - Custos e despesas operacionais (exceto depreciação e amortização)

R\$ mil	2019	2018	2017	Δ 2019 X 2018	Δ 2019 X 2017
Meios de Conexão e Transmissão	(78.449)	(77.709)	(26.782)	1,0%	192,9%
Pessoal (exclui PISP)	(80.914)	(76.075)	(66.535)	6,4%	21,6%
Serviços de Terceiros	(86.271)	(67.351)	(62.883)	28,1%	37,2%
Compartilhamento de Instalações	(45.357)	(42.983)	(43.430)	5,5%	4,4%
Aluguéis, Locações e Seguros	(11.036)	(10.419)	(7.516)	5,9%	46,8%
PECLD ²	(9.024)	(3.048)	(24.534)	196,1%	-63,2%
Tributos	(3.152)	(2.386)	(1.597)	32,1%	97,4%
Materiais	(2.400)	(865)	(754)	177,5%	218,3%
PISP ³	(2.137)	(220)	(16.922)	871,4%	-87,4%
Total	(318.740)	(281.056)	(250.953)	13,4%	27,0%

Os custos e despesas operacionais (exceto depreciação e amortização) totalizaram R\$ 318,7 milhões em 2019 (R\$ 281,0 milhões em 2018 – R\$ 251,0 milhões em 2017), crescimento de 13,4% e 27,0%, respectivamente. As principais ocorrências no período referente aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

PESSOAL: No acumulado de 2019, esses custos e despesas alcançaram R\$ 80,9 milhões (R\$ 76,1 milhões em 2018 e R\$ 66,5 milhões em 2017), um incremento de 6,4% e 21,6%, respectivamente. A explicação para esse crescimento deve-se aos seguintes eventos: i) concessão de aumento salarial decorrente das promoções por mérito e antiguidade concedidas em dezembro de 2019 e 2018; ii) reconhecimento dos custos de pessoal da Gerência de Engenharia e Operação do Satélite, que até o mês de junho/18 eram capitalizados como custo de

¹ Inclui 9.763 circuitos do programa GESAC e 2.815 circuitos vinculados a rede terrestre.

² Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa

³ Programa de Indenização por Serviços Prestados

construção do satélite (projeto SGDC) e, com a entrada em operação do satélite, passaram a ser reconhecidos como Custo dos Serviços Prestados; e iii) concessão de aumento salarial de 1,82% referente à data base 2016-2017, com efeitos retroativos a novembro de 2017 sobre salários, encargos e benefícios sociais.

MEIOS DE CONEXÃO E TRANSMISSÃO: No acumulado de 2019, os custos com Meios de Conexão e Transmissão atingiram R\$ 78,4 milhões, estável em relação aos 2018 (R\$ 77,7 milhões) e crescimento de 192,9% na comparação com o ano de 2017. O comportamento desses custos entre os períodos comparados é explicado principalmente pelo aumento dos custos de utilização de backbone, que nos 2019 totalizou R\$ 14,7 milhões (R\$ 10,8 milhões nos 2018). Já os custos com contratação de EILD apresentaram redução de 4,8% (R\$ 63,2 milhões em 2019 – R\$ 66,4 milhões em 2018), efeito de ações da Companhia para redução desses custos (renegociação de contratos e utilização do SGDC). Esses custos de EILD, quando comparado ao ano de 2017, tiveram aumento de 192,9%, explicado principalmente pelos contratos firmados com a DATAPREV, ICMBio e Ministério do Trabalho.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No acumulado de 2019, o aumento em relação a 2018 foi de 28,1% e de 37,2% na comparação com o ano de 2017. Esse comportamento é justificado pelos seguintes fatos: i) elevação dos custos com manutenção da planta, em função da expansão da rede, reajustes contratuais e reconhecimento de custos vinculados ao contrato de parceria entre a Telebras e a Viasat na operação do SGDC; e ii) aumento dos custos de energia elétrica em decorrência da expansão da rede e da entrada em operação das estações de acesso (gateways) do projeto SGDC.

COMPARTILHAMENTO DE INSTALAÇÕES: Em 2019, esta rubrica apresentou crescimento de 5,5% na comparação como o ano de 2018 (R\$ 43,0 milhões em 2018) e de 4,4% em relação a 2017 (R\$ 43,4 milhões em 2017), atingindo R\$ 45,4 milhões no ano de 2019.

ALUGUÉIS, LOCAÇÕES E SEGUROS: No acumulado de 2019, esses custos e despesas totalizaram R\$ 11,0 milhões (R\$ 10,4 milhões em 2018 e R\$ 7,5 milhões em 2017), aumento de 5,9% e 46,8%, respectivamente. No ano de 2019, a Telebras realizou a renovação da apólice de seguro do satélite SGDC e firmou contrato de garantia estendida para os equipamentos do satélite, junto a Visiona Internacional BV por um prazo de 2 anos.

O comportamento da rubrica entre os períodos comparados foi impactado pela adoção do CPC 6(R2) /IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019, e estabeleceu que os contratos que apresentassem características de um arrendamento operacional (aluguéis de imóveis, Terrenos e Equipamentos de Informática) passassem a ter um tratamento de arrendamento mercantil financeiro, ou seja, o reconhecimento de um ativo (Direito de Uso de Ativo) em contrapartida de um passivo para tais contratos. Com a aplicação dessa norma, as despesas de aluguéis, no caso da Telebras, que antes eram reconhecidas de forma linear no resultado do exercício, passaram a ser reconhecidas como um custo/despesa de depreciação e uma despesa financeira, pois esses contratos atendiam às definições para reconhecimento como um arrendamento financeiro. Nos 12M19, o impacto dessa alteração gerou um aumento do custo/despesa de depreciação no valor de R\$ 5,6 milhões e de R\$ 0,8 milhão de despesa financeira, com uma consequente redução no mesmo montante nos custos/despesas com aluguéis.

PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA: A variação é explicada pela mudança de metodologia no cálculo da Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa, que passou a considerar no seu cálculo o percentual de inadimplência por faixa de vencimento, além de incluir no cálculo a estimativa sobre perdas esperadas.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

TABELA 6 - Depreciação e Amortização

R\$ mil	2019	2018	2017	Δ 2019 X 2018	Δ 2019 X 2017
Depreciação e Amortização	(191.266)	(126.688)	(60.795)	51,0%	214,6%

O aumento de 51,0% e 214,6% na comparação entre os exercícios de 2019 e 2018 e 2017 é justificado basicamente pelo aumento da base de bens sujeitos à depreciação/amortização, devido, principalmente à mudança do “status” do Artefato Satelital, que saiu da condição de “em andamento” para “em serviço” no terceiro trimestre de 2018. O valor do custo reconhecido do Artefato Satelital e dos Equipamentos Terrestres em operação em dezembro de 2019 totalizou R\$ 2,1 bilhões e gerou um custo de depreciação nos 12M19 de R\$ 143,7 milhões (R\$ 65,1 milhões nos 12M18).

Outro evento que impactou os custos e despesas com depreciação no exercício de 2019, foi a entrada em vigência da norma contábil CPC 6(R2) /IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. Esta norma substitui as orientações existentes na IAS 17/CPC 6 (R1), e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Em termos práticos, com o reconhecimento de um ativo de direito de uso, o valor dos custos e despesas com depreciação aumentarão. Nos 12M19, o valor da depreciação reconhecida com a aplicação da norma foi de R\$ 5,6 milhões.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

TABELA 7 - Resultado de Equivalência Patrimonial

R\$ mil	2018	2018	2017	Δ 2019 X 2018	Δ 2019 X 2017
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.034)	(1.716)	23.899	-39,7%	-104,3%

O Resultado negativo de Equivalência Patrimonial em 2019 reflete a participação da Telebras (49%) no resultado negativo obtido pela coligada Visiona no exercício de 2019, que foi de R\$ 2,1 milhões. Na comparação com o exercício de 2018, o resultado apresentou-se estável.

Com relação ao exercício de 2017, a redução de 104,3% é explicada pelo resultado positivo (Lucro) obtido pela coligada Visiona em 2017, no valor de R\$ 52,3 milhões.

Outras Receitas / Despesas Operacionais

TABELA 8 - Outras receitas / despesas operacionais

R\$ mil	2019	2018	2017	Δ 2019 X 2018	Δ 2019 X 2017
Outras Receitas Operacionais					
Superávit - Previdência Privada	202.549	-	-	n.d	n.d
Ganhos sobre o Passivo	8.850	16.352	16.112	-45,9%	-45,1%
Receita de Alienação de Ativos	-	9.547	-	-100,0%	n.d
Reversão. Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	6.523	6.350	104	2,7%	6172,1%
Recuperação de Tributos	5.391	2.485	-	116,9%	100,0%
Outras Receitas Operacionais	1.099	601	737	82,9%	49,1%
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(19.531)	(1.524)	(1.477)	1181,6%	1222,3%
Total	204.881	33.811	15.476	506,0%	1223,9%
Outras Despesas Operacionais					
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(2.408)	(4.879)	(705)	-50,6%	241,6%
Tributos	(1.813)	(4.259)	(10)	-57,4%	18030,0%
Multas – Fornecedores	-	(2.694)	(168)	-100,0%	-100,0%
Multas sobre Tributos	(1.084)	(820)	(479)	32,2%	126,3%
Baixas de Ativos por Perdas	(14.055)	(194)	(10.105)	7144,8%	39,1%
Outras Despesas Operacionais	(1.565)	(652)	(1.020)	140,0%	53,4%
Total	(20.925)	(13.498)	(12.487)	55,0%	67,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	183.956	20.313	2.989	805,6%	6054,4%

Em 2019, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo no montante de R\$ 184,0 milhões (R\$ 20,3 milhões em 2018 e R\$ 3,0 milhões em 2017). A principal justificativa para esse crescimento foi o reconhecimento do superávit dos planos de previdência privada, PBS-A e PBS Telebras, que foram vertidos para a Companhia após autorização do Órgão regulador, a PREVIC. O valor destinado à Telebras foi de R\$ 202,5 milhões e será liquidado em 36 parcelas mensais, sendo o saldo remanescente atualizado mensalmente pelos índices de rentabilidade dos planos.

Ainda no exercício de 2019, a Companhia realizou a baixa de créditos tributários no montante de R\$ 13,6 milhões. A baixa foi realizada em função da impossibilidade de recuperação desses créditos perante os fiscos estaduais e federais, uma vez que houve a prescrição do direito de se creditar e também devido a incorreções na escrituração. Do montante baixado, R\$ 11.951 refere-se a créditos de ICMS de bens do imobilizados (CIAP) escriturados entre janeiro de 2014 e agosto de 2019 e R\$ 1.665 a tributos federais.

Resultado Financeiro

TABELA 9 - Resultado Financeiro

R\$ mil	2019	2018	2017	Δ 2019 X 2018	Δ 2019 X 2017
Receitas Financeiras					
Juros sobre Aplicação Financeira	15.016	4.967	7.340	202,3%	104,6%
Juros sobre Tributos	1.863	4.186	14.342	-55,5%	-87,0%
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.323	2.511	2.478	-7,5%	-6,3%
Outras Receitas	478	528	939	-9,5%	-49,1%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(776)	(577)	(2.127)	34,5%	-63,5%
Total	18.904	11.615	22.972	62,8%	-17,7%
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(111.131)	(52.964)	(34.548)	109,8%	221,7%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(20.871)	(16.124)	(15.620)	29,4%	33,6%
Juros/VM s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.091)	(5.924)	(4.962)	-14,1%	2,6%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(8.402)	(3.840)	-	118,8%	100,0%
Reversão de Encargos Financeiros	13.847	32.733	-	-57,7%	100,0%
Outras Despesas	(1.885)	(852)	(90)	121,2%	1994,4%
Total	(133.533)	(46.971)	(55.220)	184,3%	141,8%
Resultado Financeiro	(114.629)	(35.356)	(32.248)	224,2%	255,5%

Em 2019, o resultado foi negativo no valor de R\$ 114,6 milhões (R\$ 35,4 milhões em 2018 e R\$ 32,2 milhões em 2017). Esse comportamento entre os períodos comparados é justificado basicamente pelos seguintes eventos: i) mudança no reconhecimento dos encargos financeiros dos Adiantamentos para Futuro aumento de Capital (AFAC) e dos empréstimos e financiamentos, a partir do 3T18, em virtude da entrada em operação do Satélite SGDC (até o 2T18 estes encargos eram capitalizados como custo do Satélite SGDC e a partir do 3T18 passaram a impactar o resultado da Companhia). Nos 12M19, esses encargos (AFAC e empréstimos) provocaram um impacto negativo no resultado do período de R\$ 62,1 milhões, quando comparado com os 12M18; e ii) aumento dos encargos financeiros de passivos de acordos judiciais (PREVI e FUNCEF), em função do aumento do indexador (INPC), que é atrelado à inflação. Esse impacto dos encargos financeiros foi parcialmente amortizado pelo aumento das disponibilidades (caixa e Bancos), que geraram rendimentos de R\$ 9,3 milhões.

TABELA 10 - Detalhamento do Resultado Financeiro

R\$ mil	2019	2018	2017	Impacto 2019	Impacto 2018
Encargos Financeiros de AFAC	(110.547)	(52.965)	(34.548)	(57.582)	(18.417)
Juros de Acordos Judiciais	(20.871)	(16.124)	(15.620)	(4.747)	(504)
Empréstimos e Financiamentos	(8.402)	(3.840)	-	(4.562)	(3.840)
Aplicações Financeiras – Disponibilidades	11.504	2.207	7.340	9.297	(5.133)
Totais	(128.316)	(70.722)	(42.829)	(57.594)	(27.893)

Prejuízo do Exercício Ajustado

TABELA 11 - Prejuízo do Exercício Ajustado

R\$ mil	2019	2018	2017	Δ 2019 X 2018	Δ 2019 X 2017
Prejuízo Líquido do Exercício	(237.526)	(224.851)	(243.817)	5,6%	-17,0%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:					
(-) Ganho na Baixa de Passivo	(8.850)	(15.949)	(15.967)	-44,5%	-44,6%
(-) Superávit de Previdência Privada	(202.549)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos sobre Superávit	18.736	-	-	100,0%	100,0%
(-) Reversão de Encargos Financeiros	(13.847)	(32.733)	-	-57,7%	100,0%
(+) Perda na Baixa de Ativos	14.055	194	10.105	7144,8%	39,1%
(-) Receita de Alienação de Investimentos	-	(9.547)	-	-100,0%	n.d
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos	-	-	16.475	n.d	-100,0%
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	-	-	22.437	n.d	100,0%
Prejuízo do Exercício Ajustado	(429.981)	(282.886)	(210.767)	52,0%	104,0%
Margem Líquida	-210,5%	-141,7%	-287,6%	48,6%	-26,8%
Prejuízo por Ação (R\$)	(8,6681)	(5,7027)	(4,2489)	52,0%	104,0%

Em 2019, o Prejuízo Líquido do Período Ajustado foi de R\$ 430,0 milhões (R\$ 282,9 milhões em 2018 e R\$ 210,8 milhões em 2017), aumento de 52,0%, ou R\$ 147,1 milhões em relação a 2018 e 104,0%, ou R\$ 219,2 milhões. O aumento do Prejuízo entre os períodos comparados é explicado pelas seguintes ocorrências: i) aumento do custo com Depreciação e Amortização devido à entrada em operação do SGDC (R\$ 143,7 milhões em 2019 – R\$ 65,7 milhões em 2018); e ii) mudança no reconhecimento dos encargos financeiros do AFAC e dos empréstimos e financiamentos, que deixaram de ser capitalizados e passaram a impactar o resultado do exercício a partir do 3T18 com a entrada em operação do satélite (R\$ 110,5 milhões em 2019 – R\$ 53,0 milhões em 2018). Contrastando a esses acréscimos de Custos e Despesas, a Receita Operacional Bruta apresentou baixo crescimento (1,7%).

EBITDA/LAJIDA

TABELA 12 - Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

R\$ mil	2019	2018	2017	Δ 2019 X 2018	Δ 2019 X 2017
Prejuízo Líquido do Exercício	(237.526)	(224.851)	(243.817)	5,6%	-2,6%
(+/-) Resultado Financeiro	114.629	35.356	32.248	224,2%	255,5%
(+) Depreciação e Amortização	191.266	126.688	60.795	51,0%	214,6%
EBITDA	68.369	(62.807)	(150.774)	-208,9%	-145,3%
Ajustes:					
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(8.850)	(15.949)	(15.967)	-44,5%	-44,6%
(-) Superávit de Previdência Privada	(202.549)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos sobre Superávit	18.736	-	-	100,0%	100,0%
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.569)	-	-	100,0%	100,0%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(822)	-	-	100,0%	100,0%
(-) Receita de Alienação de Investimentos	-	(9.547)	-	-100,0%	n.d
(+) Perdas na Baixa de Ativos	14.055	194	10.105	7144,8%	39,1%
(+/-) Equivalência Patrimonial	1.034	1.716	(23.899)	-39,7%	-104,3%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos	-	-	16.475	n.d	100,0%
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	-	-	22.437	n.d	100,0%
EBITDA Ajustado	(115.596)	(86.393)	(141.623)	33,8%	-18,4%
Margem EBITDA	33,5%	-31,5%	-205,7%	-206,3%	-116,3%
Margem EBITDA Ajustado	-56,6%	-43,3%	-193,2%	30,8%	-70,7%

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro/(prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2)/ IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Em 2019, o EBITDA da Telebras foi positivo no valor de R\$ 68,4 milhões (R\$ 62,8 milhões negativo em 2018 e R\$ 150,8 milhões em 2017). O crescimento é justificado basicamente pelo reconhecimento do superávit dos planos de previdência privada patrocinados pela Companhia e que foram autorizados a distribuição pelo órgão regulador. O valor do superávit destinado a Telebras foi de R\$ 202,5 milhões e foi reconhecido na rubrica de “Outras Receitas Operacionais”.

2. Proposta da Administração para a Destinação do Resultado do Exercício

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, esta Administração propõe à Assembleia que a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2019, no valor de R\$237.525.902,12 (duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, novecentos e dois reais e doze centavos), seja registrada na conta de Prejuízos Acumulados, para futura absorção de lucros e/ou diminuição do capital social.

3. Eleição de membros do Conselho Fiscal Titular e Suplente, representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em votação em separado, sem a participação do acionista majoritário, eleição de membros do Conselho Fiscal Titular e Suplente representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas.

4. Eleição de Membros do Conselho de Administração

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da Telebras apresenta proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária – AGO de 2022:

NOME CPF	IDADE PROFISSÃO	ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO CARGO ELETIVO A OCUPAR
Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes: CPF nº 808.763.905-72	39 Advogado	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, MCTIC – Membro do Conselho de Administração
Maximiliano Salvadori Martinhão CPF nº 158.543.988-69	49 Engenheiro de Telecomunicações e Advogado	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, MCTIC – Membro do Conselho de Administração
Hélio Marcos Machado Graciosa CPF nº 239.045.427	74 Engenheiro de Telecomunicações	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, MCTIC – Conselheiro Independente
Waldemar Gonçalves Ortunho Junior CPF nº 499.061.197-72	63 Engenheiro Eletrônico	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, MCTIC – Membro Nato do Conselho de Administração

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em eleição em separado, sem a participação do acionista majoritário, um representante dos minoritários ordinaristas e um representante dos preferencialistas, bem como já será conhecido o representante eleito pelos empregados da Companhia, totalizando 8 membros, com um prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária - AGO de 2022.

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Item 12.8 da Instrução CVM 480

Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes: Bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes de Aracajú (2004), Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública (2011), Pós-Graduado em Regulação de Telecomunicações (INATEL-2011), Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Presidente do Conselho de Administração da Telebras, Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação na Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Maximiliano Salvadori Martinhão: Assessor Especial do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, MCTIC, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações desde junho de 2016, nasceu em 1971, em Campinas/SP. É Engenheiro de Telecomunicações formado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL, de Santa Rita do Sapucaí – MG, Mestre em Gerência de Telecomunicações pela Universidade de Strathclyde no Reino Unido. Advogado formado no Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB. Exerceu, antes de chegar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o cargo de Secretário de Telecomunicações no Ministério das Comunicações e o cargo de Gerente Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da ANATEL, tendo ocupado outras posições Gerenciais e de Assessoria na Agência. Atuou como Engenheiro de Planejamento do Sistema TELEBRÁS. Foi representante da Administração Brasileira em diversos fóruns nacionais e internacionais de telecomunicações. Titular de cargo efetivo de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações desde 2005.

Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior: Profissional com 40 anos de experiência nos Ministérios da Defesa (Exército Brasileiro) e das Comunicações, atuando na área de TI, com ênfase em telecomunicações, radiodifusão e informática. Coordenador de projeto no Instituto Cesar – Recife PE, de dezembro de 2010 a janeiro de 2013. Assessoria de Engenharia de sistema no projeto SISFRON – Brasília DF, de fevereiro de 2014

a agosto de 2015. Faculdades IESB - Brasília - DF, Função: Professor do Departamento de engenharia telecomunicações Período: abril 2009 a julho de 2015. Universidade Católica de Brasília - Brasília - DF, Função: Professor do Departamento Exatas e Engenharia, Período: junho de 1989 a novembro de 1996. Escola Politécnica do Exército – Quito – Equador, Função: Assessor e Professor Comissionado, em engenharia de Elétrica, no Equador, Período: novembro de 1996 a dezembro de 1998. UniCEUB - Brasília - DF, Função: Professor do Departamento de Engenharia Período: 2006. Faculdades Michelangelo - Brasília - DF, Função: Professor de Estatística e Matemática do Departamento de Sistemas de Informação Período: desde 2004. ICESP - Brasília - DF, Função: Professor do Departamento de Informática Período: 2004 - 2005. Faculdade Alvorada - Brasília - DF, Função: Professor do Departamento de Matemática e Processamento de Dados, Período: março de 1992 a novembro de 1992. Graduado 1979 como Oficial de Artilharia pela Academia Militar das Agulhas Negras e como engenheiro eletrônico pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) em 1988 e pós-graduado em engenharia elétrica pela Universidade de Brasília (UNB) em 1993. Foi o representante do Brasil na Escola Politécnica do Exército Equatoriano, tendo sido designado pelo governo brasileiro para exercer por dois anos a função de assessor/instrutor, na área de processamento digital de sinais, naquela instituição. Fluência no idioma espanhol. Atribuições: 1. Ministério das Comunicações – maio de 2004 a março de 2007. Função: Coordenador-Geral de Avaliação de Outorgas do Serviço de Radiodifusão. Integrou o Grupo de Trabalho Interministerial, que propôs a atualização das normas do serviço de radiodifusão comunitária à Presidência da República. Gestor do projeto de reformulação da política de gestão de comunicação eletrônica e digital. Gestor do Projeto *Roaming* Internacional de Telefonia Móvel para a América do Sul, no comitê Iniciativa para Infra-estrutura Regional no continente Sul Americano (IIRSA), atuando nas reuniões realizadas na Argentina, Paraguai e Brasil. Representante do Ministério das Comunicações no Grupo Gestor da TV Digital, participando do processo de definições de parâmetros, seleção de “pool de universidades” responsável pelo desenvolvimento de cada subsistema do projeto SBTVD-brasileiro, acompanhamento de resultados obtidos e indicação de linhas de ação a ser adotada pelo governo federal. Responsável pela análise técnica e jurídica das infrações cometidas pelas emissoras de radiodifusão de sons e imagens licenciadas. Conselheiro do CONAMA pelo Ministério das Comunicações. Ministério da Defesa - Exército Brasileiro - 1973 a 2003. Como engenheiro militar serviu na Diretoria de Telecomunicações e no Gabinete do Ministro do Exército, posteriormente denominado Gabinete do Comandante do Exército, destacando os seguintes projetos: implantação de redes de rádios privativas do Exército; modernização dos sistemas de telecomunicações do QGEx; Chefia do Centro de Telecomunicações do Exército, responsável pela especificação técnica, recebimento em fábrica e instalação dos equipamentos, que modernizaram as conexões via voz e dados do Exército Brasileiro em todo o território nacional; Gerência do projeto da rede de telemática do Gabinete do Comandante do Exército, com a implantação de rede estruturada, substituição de equipamentos, servidores e treinamento do pessoal.

Hélio Marcos Machado Graciosa: Brasileiro, nascido em 09 de novembro de 1946, Engenheiro de Telecomunicações (1970) e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica (1972) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC. Graduado no curso de Conselheiro de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2008). Foi Professor da PUC/RJ e da Universidade Gama Filho. Trabalhou no Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás de 1973 a 1976 e no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da TELEBRÁS desde sua criação, em 1976, tendo atuado nas áreas de transmissão digital, comunicações ópticas, microeletrônica, planejamento tecnológico e planejamento estratégico. Foi Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento das Telecomunicações Brasileiras S/A – TELEBRÁS de fev/1995 a jul/1998. Foi Presidente do CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (1998 a 2015) e Presidente do CPqD Technologies & Systems Inc., em Fort Lauderdale (2000 a 2015). Durante a sua gestão o CPqD criou várias startups de base tecnológica nas áreas de NGN, sistemas ópticos, fotônica integrada, serviços de encontro de contas em telecomunicações, sensores ópticos, serviços de prevenção a fraudes. Possui diversos trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Participou em diversas bancas de tese de mestrado, como também apresentou diversos trabalhos em seminários nacionais e internacionais. Foi por diversas vezes Patrono de turmas de cursos de Administração e Engenharia de várias universidades. Foi durante 4 anos (1990-1994), Presidente da Sociedade Brasileira de Telecomunicações (SBrT). Atualmente é Sócio Emérito da SBrT. Foi Presidente do Conselho de Administração da TELESC, da TELEBAHIA, da PADTEC, da TRÓPICO e membro dos Conselhos da TELERGIPE, CLEARTECH, da TELEBRASIL e da ALGAR, onde também foi membro do Comitê de Governança Corporativa. Foi Diretor da TELEBRASIL, Presidente do Conselho Deliberativo da SISTEL e membro do Conselho Curador da Fundação Fórum Campinas. Vencedor do Prêmio "Personalidade do Ano de 2000" na Área de Telecomunicações, organizado pela Advanstar e RNT. Atualmente é membro do Conselho Superior de Inovação e Competitividade (CONIC) da FIESP, Diretor da Divisão de Telecomunicações da FIESP, Coordenador de Área de Pesquisa para Inovação da FAPESP e Mentor de Startups.

5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário (art.12 ICVM 481/09) –

A Proposta de Remuneração global anual fixa e variável dos administradores, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria para o período compreendido entre a data da Assembleia Geral Ordinária 2020 e a data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021 é de R\$ 5.769.480,23 (cinco milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais e vinte e três centavos).

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES - ITEM 13 DO ANEXO Nº. 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº. 480/2009

Em cumprimento à disposição do art. 12, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia presta as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009. A Companhia possui um Conselho de Administração composto de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Presidente e de 4 (quatro) Diretores. Um dos membros do Conselho de Administração integra a Diretoria-Executiva. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes. Também possui Comitê da Auditoria Estatutário composto por 3(três) membros.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

Em cumprimento ao disposto na alínea “I”, do inciso VI, do art. 41, do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, a política e prática de remuneração do Conselho de Administração, dos Dirigentes e do Conselho Fiscal da TELEBRAS é definida pelo Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Sest.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A prática de remuneração está de acordo com o determinado pela legislação acima mencionada. A Telebras elabora proposta que é remetida ao Ministério Supervisor para apreciação e encaminhamento à DEST, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas. Não há na companhia política de remuneração formalmente aprovada.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- **Honorários:** retribuição mensal;
- **Gratificação Natalina:** honorário concedido 1 (uma) vez ao ano aos dirigentes;
- **Adicional de Férias:** parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido aos dirigentes por ocasião de férias ou no mês de março ainda que o dirigente não usufrua do benefício no período aquisitivo evitando a manutenção de saldo para o exercício seguinte;
- **Remuneração Compensatória (Quarentena):** valor correspondente a 6 (seis) retribuições mensais de honorário de dirigente, conforme previsto na Lei nº 12.813, art. 6º, inciso II, de 16 de maio de 2013
- **Ajuda de Custo:** é a importância para indenizar despesas de viagem, mudança e outros gastos não previstos nos itens 4.04 e 4.05 da Diretriz nº 243, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem.
- **Despesas de Transportes:** são aquelas relativas ao fornecimento de passagens aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, bem como fretes e carretos para remoção de bagagens, móveis e utensílios e até 2 (dois) veículos, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem, abrangendo as pessoas da família;
- **Auxílio Alimentação:** parcela indenizatória e de natureza não salarial, o vale- alimentação/refeição é utilizado para ressarcimento de despesas com aquisição de refeições e alimentos;
- **Auxílio Moradia:** parcela indenizatória concedida em conformidade com o Decreto nº 3.255, de 19.11.1999;

- **Seguro de Vida em Grupo:** parcela destinada a reembolso parcial ou total do valor do prêmio de seguro de vida;
- **Plano de Saúde:** parcela destinada a reembolso parcial ou total de despesas para o tratamento de saúde;
- **Previdência Complementar:** parcela fixa mensal destinada a reembolso parcial ou total, de contribuição de Dirigente a plano de previdência privada;
- **FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço):** importância creditada na conta vinculada do dirigente. O benefício do FGTS é obrigatoriamente estendido aos dirigentes, conforme Decreto no 99.684, de 8.11.1990;
- **INSS - Patronal:** valor calculado sobre os honorários dos dirigentes e conselheiros, gratificação natalina.

NOTA: Os honorários dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Auditores Estatutários são fixados em 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva. A base de cálculo da remuneração média dos dirigentes inclui apenas os honorários e gratificação natalina.

ii. **a proporção de cada elemento na remuneração total**

ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO		%
Honorários	R\$ 326.969,16	34,35%
Gratificação Natalina	R\$ 28.026,00	2,94%
Adicional de Férias		0,00%
Remuneração Compensatória (Quarentena)	R\$ 178.985,31	18,81%
Indenização de Transferência (diretriz 243)		0,00%
Auxílio Alimentação		0,00%
Auxílio Moradia		0,00%
Seguro de Vida em Grupo		0,00%
Plano de Saúde	R\$ 28.800,00	3,03%
FGTS	R\$ 140.129,64	14,72%
INSS – Patronal (Diretoria):	R\$ 37.368,00	3,93%
Previdência Privada	R\$ 177.696,41	18,67%
Honorários do Conselho de Administração		0,00%
INSS Patronal do Conselho de Administração		0,00%
Previdência Privada		0,00%
Honorários do Conselho Fiscal		0,00%
INSS Patronal do Conselho Fiscal	R\$ 33.773,92	3,55%
Honorários	R\$ 326.969,16	34,35%
Total	R\$ 951.748,44	

iii. **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A Telebras elaborou para o exercício 2019/2020 proposta de remuneração de Dirigentes e Conselheiros sem reajuste do valor praticado no exercício anterior, seguindo orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-SEST. A metodologia de cálculo também é definida pela SEST.

iv. **Razões que justificam a composição da remuneração**

O rol de rubricas que compõem a remuneração é definido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-SEST.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Apenas os membros do Comitê de Elegibilidade não são remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica, vez que não há na Telebras parcela de remuneração variável. O rol de rubricas e a metodologia de cálculo são definidos pela SEST.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica, vez que não há na Telebras parcela de remuneração variável. O rol de rubricas e a metodologia de cálculo são definidos pela SEST.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Dirigentes e Conselheiros se alinha aos interesses da TELEBRAS na medida em que preserva lógica hierárquica na empresa e contribui para a atuação de Dirigentes e Conselheiros livre de conflito de interesses.

f. existência de remuneração suportada por controladas, ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável à TELEBRAS.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável à TELEBRAS.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

vi. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Diretoria Administrativo-Financeira apresenta proposta de remuneração em conformidade com as orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais à apreciação da Diretoria Colegiada, Conselho de Administração, Ministério Supervisor, Ministério da Economia e, por fim, Assembleia Geral Ordinária.

vii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São seguidas as orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

viii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) remuneração segregada em: (i) salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos, remuneração por participação em comitês, e outros; (ii) remuneração variável, segregada em: bônus, participação nos resultados, remuneração por participação em reuniões, comissões e outros; (iii) benefícios pós-emprego; (iv) benefícios

motivados pela cessação do exercício do cargo; (v) remuneração baseada em ações, incluindo opções; (e) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal; e (f) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais						
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Comitê de Elegibilidade	Total
Nº total de membros	8	5	5	3	3	21
Nº de membros remunerados	8	5	5	3	0	18
Remuneração fixa anual						-
Salário ou pró-labore	-	2.139.143,83	-			2.139.143,83
Benefícios direto e indireto						-
Participações em comitês						-
Outros	368.681,84	1.281.992,55	304.129,17	85.479,12		2.040.282,68
Descrição de outras remunerações fixas						-
Remuneração variável						-
Bônus		-				-
Participação de resultados		-				-
Participação em reuniões		-				-
Comissões		-				-
Outros		-				-
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A				
Pós-emprego		-				-
Cessação do cargo		-				-
Baseada em ações (incluindo opções)		-				-
TOTAL	368.681,84	3.421.136,38	304.129,17			4.093.947,39

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; (e) em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não há programa de remuneração variável ativo na Telebras. Portanto, não há pagamento de remuneração variável na empresa.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: (a) termos e condições gerais; (b) principais objetivos do plano; (c) forma como o plano contribui para esses objetivos; (d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor; (e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; (f) número máximo de ações abrangidas; (g) número máximo de opções a serem outorgadas; (h) condições de aquisição de ações; (i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; (j) critérios para fixação do prazo de exercício; (k) forma de liquidação; (l) restrições à transferência das ações; (m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e (n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não há programa plano de remuneração baseado em ações ativo na Telebras.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (i) data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; e (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social, perdidas durante o exercício social e exercidas durante o exercício social, expiradas durante o exercício social; (e) valor justo das opções na data de cada outorga; e (f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não há programa plano de remuneração baseado em ações ativo na Telebras.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação às opções ainda não exercíveis: (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; e (v) preço médio ponderado de exercício; e (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (e) em relação às opções exercíveis: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; e (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não se aplica.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação às opções exercidas informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (e) em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Não se aplica.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; e (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não se aplica.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Órgão Estatutário	Quantidade de Ações Ordinárias	Quantidade de Ações Preferenciais
Diretoria Executiva	-	-
Conselho de Administração	200	26.400
Conselho Fiscal	-	141.126

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) nome do plano; (e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (f) condições para se aposentar antecipadamente; (g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não há plano de previdência para diretores e membros do conselho de administração. A Telebras reembolsa mensalmente, contra apresentação de comprovante de pagamento, no valor de plano de previdência contratada pelo interessado, até o limite aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) valor da maior remuneração individual; (e) valor da menor remuneração individual; (f) valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal			Comitê de Auditoria		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5	4,75	4	5	5	5	5	5	5	3	3	3
Nº de membros remunerados	5	4,75	4	5	5	5	5	5	5	3	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	675.546,04	666.262,45	476.300,43	58.192,70	60.176,72	44.230,85	56.051,88	57.324,13	44.531,73	56.051,88	28.493,04	0
Valor da menor remuneração (Reais)	215.574,44	636.391,09	240.124,99	46.709,88	46.165,34	33.802,21	28.025,94	57.324,13	44.230,84	56.051,88	28.493,04	0
Valor médio da remuneração (Reais)	390.631,82	646.783,20	367.737,55	54.191,49	51.654,25	42.937,01	38.924,92	60.825,83	44.411,37	56.051,88	28.493,04	0

Observação: No cálculo das remunerações no item 13.11 foram contabilizadas as rubricas de honorário, gratificação natalina, adicional de férias, indenização de transferência, auxílio alimentação, auxílio moradia, seguro de vida, plano de saúde e previdência complementar. Em março de 2018 foram pagos valores referentes a 2017 de Gratificação Natalina em função do Acórdão 374/2018 que estavam suspensas desde outubro de 2016 em função de decisão anterior daquele Tribunal.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Conforme mencionado no item 13.1, o administrador pode pleitear remuneração compensatória em conformidade com o previsto no art. 6º inciso II da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que, se aprovado pelo Comitê de Ética Pública da Presidência da República, é equivalente a 6 honorários mensais.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	2019	2018	2016
Conselho de Administração	62,50%	62,50%	62,50%
Diretoria	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	60,00%	60,00%	60,00%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sobre controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há valores a informar.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nada a acrescentar.